

HISTORIOGRAFIA COMO OPÇÃO DE VIDA: INTERPRETAÇÕES DA EXORTAÇÃO DE ANÍBAL EM PLB.3.62-3

Breno Battistin Sebastiani¹

Resumo: Neste artigo analiso e proponho três interpretações do passo polibiano 3.62-3, que descreve a exortação feita por Aníbal a seus soldados por meio de um procedimento analógico, servindo-se de um combate entre cativos. Com tais interpretações busco compreender o modo como a historiografia de Políbio reflete e se nutre de passos de sua biografia.

Palavras-chave: Políbio; Aníbal; Interpretação; Analogia.

HISTORIOGRAPHY AS CHOICE OF LIFE: INTERPRETATIONS OF HANNIBAL'S EXORTATION AT PLB.3.62-3

Abstract: This paper analyzes and offers three interpretations of Plb.3.62-3, in which the historian describes Hannibal's exhortation to his soldiers. Hannibal did the exhortation via an analogical device: a combat of prisoners. Through those interpretations I seek to understand how Polybius' historiography reflects and, at the same time, nourishes itself with passes of his biography.

Keywords: Polybius; Hannibal; Interpretation; Analogy.

Um dos passos mais conhecidos de Políbio envolve uma rainha gálata, um gesto contundente e uma lição lapidar:

Quiomara, esposa de Ortiagonte, foi capturada com outras mulheres quando os romanos de Cneu venceram em batalha os gálatas da Ásia. O centurião que a capturou aproveitou a ocasião e, com modos de soldado, violentou-a. Era um homem grosseiro e desenfreado em seus prazeres e dinheiro, mas foi vencido pela ganância. Após aceitar uma grande soma em troca da mulher, levou-a para receber o resgate a um local cortado por um rio. Assim que os gálatas o cruzaram, entregaram o ouro e recuperaram Quiomara, ela fez um sinal a um deles para que atacasse o romano enquanto a abraçava e se despedia. Aquele obedeceu e cortou-lhe a cabeça. Ela a recolheu e partiu. Quando reencontrou o marido, jogou a cabeça em sua frente. E ele disse, admirado: “ó mulher, nobre é a fidelidade!”, e ela: “certo, mas mais nobre é que viva apenas um que comigo se deitou” (21.38 =

¹ Bacharel e Licenciado em História (1999), Mestre (2002) e Doutor (2006) em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente da área de Língua e Literatura Grega do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DLCV-FFLCH/USP). E-mail: sebastiani@usp.br

Plut.*Mul. Virt.* 258e-f)².

Plutarco, de quem provém o fragmento, acrescenta ainda que Políbio admirou-se da coragem e da inteligência de Quiomara quando com ela se entrevistou em Sardes, em data desconhecida.

A cabeça cortada, se vista como penhor visível de fidelidade; e a réplica aguda, ao mesmo tempo concorde e ameaçadora, mostram com rápidos traços o modo como Políbio elabora e explica alguns de seus mais importantes paradigmas. Um outro passo, além de provido de contexto, envolve outro estrangeiro sagaz e outra lição exemplar.

Em setembro de 218 Aníbal se viu na contingência de exortar (*parakaleîn*) suas tropas e incutir-lhes o que fosse apropriado à ocasião (*prothémenos tà préponta toîs paroûsi kairoîs*). Após cinco meses de marcha desde Nova Cartago, transpôs os Alpes e chegou à planície do Pó. O Ródano, os ataques de bárbaros, a fome, o frio e demais acasos dizimaram-lhe metade do exército. Em situação de extrema penúria e abatimento, era urgente restabelecer o moral dos demais. Como dirigir-se a uma multidão nessas condições e, mais complicado, multilíngue? Discutirei três possíveis vias de interpretação do passo antes de apontar um sentido. O passo é o seguinte:

A essa época, como ambos já se aproximassem, Aníbal e Públio começaram a exortar suas respectivas tropas, cada um propondo o que fosse conveniente à circunstância. Aníbal deu seus conselhos da seguinte maneira: tendo reunido a multidão, apresentou-lhes escravos jovens capturados quando perturbavam a marcha pelos difíceis passos dos Alpes. Ele os havia tratado muito mal com futuras intenções: carregavam pesadas cadeias, haviam passado fome e feridas corroíam seus corpos. Depois de assentá-los no meio, apresentou as panóplas gaulesas que seus reis costumavam vestir quando iam bater-se em duelo. Também trouxe cavalos e saios caríssimos. Em seguida perguntou quais daqueles jovens desejavam lutar entre si, sob a condição de que o vencedor ficaria com os prêmios, e o vencido se livraria de seus males com o fim da própria vida. Como todos gritassem demonstrando que desejavam duelar, ordenou que tirassem a sorte e aqueles dois a quem ela coubesse determinou que lutariam armados. Ao ouvi-lo, imediatamente os jovens ergueram as mãos rogando aos deuses, cada um ansioso para que a sorte lhe coubesse. Assim que o sorteio se fez, os

² Todas as traduções são de autoria e responsabilidade do autor.

sorteados rejubilaram, os outros, não. Finda a luta, os demais escravos alegraram-se pelo morto não menos do que pelo vencedor, pois aquele estava livre de muitos e enormes males, enquanto eles próprios ainda os sofriam. Muitos dos cartagineses tinham semelhante opinião: comparando os sofrimentos dos combatentes e dos viventes, apiedavam-se destes, alegrando-se todos pelo morto.

Tendo com esse procedimento suscitado a disposição esperada no moral das tropas, em seguida o próprio Aníbal se adiantou dizendo que para isso mesmo havia trazido os cativos, a fim de que, após contemplar uma situação de infelicidade alheia manifesta, melhor deliberassem sobre sua própria condição; o acaso os confinara a um duelo e a uma ocasião semelhantes, e oferecera recompensas semelhantes; *era preciso vencer, morrer ou submeter-se vivos aos inimigos*; vencendo, a recompensa não seriam cavalos ou saios, mas tornar-se os mais felizes dentre todos os homens, ao conquistarem as benesses dos romanos; sofrendo em combate, pelejando até o último alento pela mais bela esperança, morrer em batalha, sem ter experimentado mal algum; aos vencidos que, devido à sua ânsia por viver, se submetessem a fugir ou, capturados de qualquer modo, viver, partilhar de todos os males e infortúnios, pois nenhum deles seria tão estúpido ou obtuso a ponto de, recordando-se da extensão da rota percorrida desde a pátria, da quantidade de inimigos encontrados, e sabendo da largura dos rios atravessados, esperar que, fugindo, chegaria à terra natal. Por isso, julgava necessário que eles, descartada completamente essa esperança, demonstrassem por sua própria condição a mesma opinião que demonstraram havia pouco pela infelicidade alheia: assim como, com relação àqueles, todos se alegravam com o vencedor e com o morto, apiedando-se dos vivos, do mesmo modo julgava necessário refletissem também sobre si mesmos, indo todos para o combate sobretudo para vencer e, somente se impossível, para morrer. Julgava que de modo algum deviam ter em mente a esperança de viver caso vencidos. Tendo eles feito tal cálculo e conjectura, seguramente lhes adviria vencer e salvar-se, pois ninguém, tendo feito tal conjectura espontaneamente ou forçado, jamais se equivocaria quanto a vencer seus opositores: quando ocorresse aos inimigos a esperança contrária, caso então dos romanos, no sentido de que à maioria dos fugitivos a fuga seria a salvação óbvia, dada a proximidade de suas terras natais, é claro que a ousadia dos enganados seria irresistível. Como a multidão acolhesse o exemplo e o discurso, assumindo o ímpeto e a coragem requeridos pelo conselheiro, dispensou-os então após elogiá-los, ordenando a partida à alvorada do dia seguinte (3.62-3, grifo meu)

A primeira via de interpretação é apresentar sua lógica e estrutura.

Aníbal arma um pequeno espetáculo cuja mensagem é imediatamente

captada, porque fundada em uma analogia evidente: a situação é irreversível; o acaso dispõe que vencer ou morrer são deveres e motivos de alegria; continuar vivo sem ter vencido é agravar o mal presente com a escravidão futura. “Era semelhante (*paraplésia*) a opinião de muitos dos cartagineses, pois observavam e comparavam (*ek parathéseos*) o sofrimento dos combatentes e dos vivos etc”.

Aníbal arremata o espetáculo com um breve arrazoado. Observar com clareza (*enargôs theasámenoi*) a situação de terceiros induz a melhor ponderar (*béltion ... bouleúontai*) sobre a própria. Os soldados terão de ter tal consciência por vontade ou necessidade. O corolário é lapidar: a audácia (*tólma*) de quem luta sem esperança de fuga é irresistível. E todos acatam o paradigma e o discurso (*tó te parádeigma kai tous lógous*). Que conceito de paradigma emerge, e qual a função do discurso a ele associado?

No final do parágrafo Políbio associa o conceito apenas ao combate dos cativos: ardor por lutar, lamento por parte dos não sorteados, júbilo pelo vencedor e pelo morto. O ponto capital é: o historiador pensa paradigma como conjunto de fatos que servem de aconselhamento, e não discurso; tratamento semelhante do conceito se vê nos passos sobre naus capturadas que servem de modelo aos romanos (1.20.15; 59.8).

Averiguar esse paradigma implica examinar o ato de Aníbal que o gerou. O leitor reconhece o vínculo entre o ato e o general providente e hábil, capaz de suprir uma necessidade urgente do modo o mais rápido e eficaz. A sequência do livro desenvolve o tema, que despontava já desde as primeiras aparições de Aníbal na obra. Em outro caso análogo, a vida de Filopêmen é por ele próprio referida como penhor de suas afirmações (11.10.5).

Esse ato, como o paradigma do combate, só tem sentido caso cumpra uma finalidade. Os soldados que assistem à cena assimilam a mensagem e tornam-se partícipes do ímpeto do próprio general, ou seja, conscientes da necessidade e doravante exemplarmente engajados. Nesse ponto, seria possível dizer que o ato de Aníbal, assim com a *diáthesis* incutida nos soldados, são também paradigmas?

Nenhum leitor deixa de notar que foi o historiador quem selecionara

uma ocasião precisa e propícia para, pela boca do general cuja conduta admira e recomenda, dar conteúdo a meditações muito apropriadas ao contexto – do texto e do momento histórico anterior à destruição de Corinto –, vazada com incisiva concisão (3.63.3-4). Políbio encadeia várias sugestões de paradigmas em apenas dois parágrafos, assim literalmente ilustrando seu entendimento do conceito, de seu emprego e de suas implicações: ponto de convergência de meditações ético-políticas e pedra fundamental de uma teoria da história em esboço. Sob um único vocábulo ocultam-se, desdobram-se e se iluminam reciprocamente os conceitos de modelo de entendimento e comparação.

Em quatro episódios subsequentes Políbio subordina as deficiências ética e técnica de comandantes romanos ao cálculo preciso e oportuno de Aníbal, desdobrando em ilustrações uma meditação maior: a despeito de reconhecer a sensatez do colega Públio Cornélio, Tibério Semprônio é impelido por sua *philodoksía* a oferecer combate; Políbio sublinha a convergência entre as ponderações de Aníbal e as de Públio, e o resultado é a perda de quase todo o exército na emboscada do rio Trébia (3.70-4). Nos parágrafos 3.80-1 Políbio analisa um princípio caro à sua educação militar: a necessidade de todo comandante perscrutar o fundo dos pensamentos do adversário. Aníbal espreita cuidadosamente os pontos fracos de Caio Flamínio. Políbio destila sua aversão a proponentes de medidas populares retratando Flamínio como um demagogo impulsivo e excitável, cuja ânsia de combater acarreta o desastre do lago Trasimeno (3.82-4). Logo a seguir, não fosse a sensatez de Fábio Máximo a vileza de Marco Minúcio poderia ter provocado outro desastre na Campânia (3.89-94, 100-105). Por fim, a despeito de Emílio Paulo não desejar lutar, o inepto e irritadiço Caio Terêncio assume sozinho o comando, perde oito legiões em Canas e deixa Roma à mercê do cartaginês (3.106-118). O retrato de algumas dessas personagens envolve também desdobramentos éticos de outro matiz: Públio Cipião é pai do futuro Africano Maior, e talvez não merecesse o destaque dado pela tradição acatada por Políbio; e Emílio Paulo era pai do conquistador da Macedônia e avô de Cipião Emiliano, o amigo e patrono do historiador. Mesmo a lição dos paradigmas (3.63.3-4), se aplicada à situação de Políbio, poderia criar-lhe

embaraços éticos, além da ironia quase masoquista.

A despeito das ambivalências a que sempre estão sujeitos elogios e invectivas, o passo 3.62-3 se converte em paradigma também historiográfico; apresenta um paradigma e o interpreta conferindo ao estudioso elementos para o entendimento da sequência. Penso “paradigma historiográfico” como sinônimo de modelo de entendimento histórico, por parte do historiador, e de explicação histórica, a qual é proposta ao leitor como via para seu próprio entendimento. Se o paradigma do combate é fonte e/ou princípio de indução, a alocação de Aníbal opera como demonstração que o interpreta e confere sentido ao restante do livro 3. A sagacidade prática a que deve muito das vitórias e da disposição dos soldados já está implícita no passo; as batalhas vencidas contrapõem o general que sabe perscrutar pontos fracos alheios à inépcia ou incúria daqueles que o enfrentaram. A conclusão lógica desses enfrentamentos é a situação calamitosa de Roma em 216 pós-Canas. O par paradigma-discurso que enforma o passo se desdobra em paradigma historiográfico (*ie*: 3.62-3) e demonstração: Aníbal é sagaz e goza do favor de soldados preparados; todos que o enfrentaram sem refletir foram derrotados; a maioria dos comandantes romanos assim o fez, daí a situação de Roma pós-Canas.

A demonstração, que tem no paradigma do combate o seu princípio, contribui para a coerência da narrativa e reforça sua veracidade. A locução *apodeiktiké historía*, empregada por Políbio uma única vez (2.37.3), define o caráter da obra a partir do livro 3 e é o conceito fundamental que organiza sua metodologia: aos dois primeiros livros introdutórios, sumários e elaborados a partir do cotejo de fontes escritas, se contrapõe o restante da obra demonstrativa, detalhada e fruto de experiência pessoal, que responde a problemas específicos com afirmações derivadas de provas³. O ato e o discurso de Aníbal seriam uma resposta à questão: como exortar e instilar coragem nos comandados em uma situação difícil? A cadeia de argumentos formada desde o combate dos cativos cumpre o anúncio do prólogo do próprio livro 3, que pretende explicar com provas (*met'apodeíkseos eksangélein* – 3.1.3) as guerras, as causas etc.

³ PÉDECH, Paul. *La méthode historique de Polybe*. Paris: Les Belles Lettres, 1964. 46-47.

Coerência e comprovação, entretanto, não equivalem a verdade histórica. Tão logo começa a tratar de Cipião Africano, por exemplo, Políbio credita o idoso Caio Lélío como sua fonte privilegiada (10.3.2); para Filopêmen, além de seu parente e mestre, teve em seu pai Licortas um sócio contemporâneo. Quem, então, ou o que garante a veracidade de suas afirmações sobre Aníbal em 3.62-3, ou ao menos o efeito persuasivo de verdade que sustenta o passo?

Antes de elaborá-lo, Políbio já havia criticado e desqualificado sistematicamente as fontes que citara e a que aludira⁴, concluindo categoricamente: “Aníbal não conduziu a empreitada do modo como escrevem, mas muito pragmaticamente” (3.48.10). A justificativa:

Ele [Aníbal] havia examinado com cuidado a excelência dos territórios em que planejava descer e a indisposição maciça contra os romanos; nos trechos difíceis, empregava guias e condutores nativos dispostos a partilhar de suas expectativas. Fazemos tais afirmações com convicção porque inquirimos (*historikénai*) testemunhas das ações dele, visitamos os locais e viajamos nós mesmos por entre os Alpes para conhecer e observar (3.48.11-2).

Historiadores que conviveram com Aníbal creditaram ao favor divino o sucesso de sua chegada à Itália, privando-o do mérito e da racionalidade da façanha (3.47.8). Políbio critica as informações de que dispõe, averigua os meios pelos fins e procura a confirmação de outra hipótese: a despeito da magnitude, tem de haver uma explicação racional para um feito humano. Nessa procura historiadores do fato são fontes de juízos, não de verdades. Políbio vai em busca das razões individuais e singulares, do elemento permanente que sustente a coerência da explicação, e chega à sua verdade por um caminho havia muito palmilhado. Do procedimento descrito é a *historía*, resgatado seu sentido ancestral de método de investigação e questionamento de testemunhas oculares, que embasa o juízo (3.48.10) e, talvez, também 3.62-3; *a priori* nada reduz o passo a mera ficção. Políbio, como outrora Tucídides, tinha na observação direta a máxima garantia de verdade, seguida pela crítica dos testemunhos oculares inquiridos; e na obra, produto da inteligência materializado em narrativa histórica, um equivalente

⁴ WALBANK, Frank William. *A historical commentary on Polybius I*. Oxford: OUP, 1970. 28-29.

de realidades factuais. A despeito da ausência de menção a qualquer testemunha ocular (Políbio jamais poderia tê-lo sido), a observação topográfica e a crítica às respostas de eventuais testemunhas e historiadores tornam 3.62-3 possível, plausível e condizente com a trajetória de Aníbal no período; e lhe conferem efeito de verdade factual, embora não confirmem que espelha qualquer acontecimento real. Se o passo reporta verdadeiramente uma realidade factual, é matéria para convicção pessoal, a ser construída sobre definições próprias de verdade e efeito de verdade, e a ser aferida pelo valor que se atribui às provas produzidas.

Além de coerência e efeito de verdade, conferem ao passo valor de paradigma historiográfico as estruturas formais dos dois meios de instrução intelectual descritos por Aristóteles que a ele subjazem, indução e silogismo, ou paradigma e entimema. Nada comprova vínculo algum entre Políbio, o Perípatos ou qualquer outra escola; o historiador tão somente conhecia e empregava termos e conceitos filosóficos então correntes. Sem qualquer pretensão a vinculá-lo ao Perípatos, a comparação entre o raciocínio sintetizado em 3.62-3 e o passo da *Ética a Nicômaco* que descreve a estrutura da *didaskalía* visa apenas a produzir reflexões ancilares para a compreensão da função que Políbio poderia ter atribuído ao paradigma em sua obra e, por extensão, de como elaborava uma explicação histórica⁵.

O passo 3.62-3 atrelava um paradigma factual e sua interpretação, ambos coerentes e com efeito de verdade. Na *Ética a Nicômaco* (6.2.1339b; 6.3.1140a) Aristóteles escreve que o objeto de uma *epistémē* é eterno (*aídon*) e coercivo (*ex anánkes*). Tais atributos evidentemente repelem o objeto da história, que poderia ser investigado via ponderação (*phrónesis* – que é prescritiva: 1143a8) e/ou discernimento (*sýnesis* – tão somente crítico: 1143a10), porque contingente (*toû d' endekhoménou állos ékhein*) e sujeito a deliberação (*kalôs bouleúesthai*). Entretanto outros atributos definem uma *didaskalía* e uma de suas competências, a *epistémē*:

parece que toda ciência pode ser ensinada, e seu objeto, aprendido. Toda instrução (*didaskalía*) deriva de noções

⁵ Embora os textos de Aristóteles tenham permanecido perdidos até o século I a.C., é possível que Políbio tenha tido acesso indireto e parcial a seu conteúdo: PÉDECH, Paul. *La méthode historique de Polybe*. Paris: Les Belles Lettres, 1964. 249-253.

prévias, como dissemos nos *Analíticos*, pois ela se dá por indução ou por silogismo. A indução é o princípio (*arkhé*) do universal, enquanto o silogismo deriva do universal. Logo, há princípios dos quais derivam os silogismos, dos quais não há silogismo, e sim indução. Logo, a ciência é uma competência demonstrativa (*héksis apodeiktiké*) e tudo mais quanto definimos nos *Analíticos*. Quando, de algum modo, alguém acredita (*pisteúei*) e tem por conhecidos os princípios, então ele sabe (*epístatai*). Se não o forem [ie. os princípios] mais do que a conclusão, terá ciência por contingência (*Eth.Nic.6.2.1139b25-35*).

Se a primeira remissão for ao início dos *Analíticos posteriores*, o próprio Aristóteles teria mostrado que uma estrutura análoga tem aplicação intelectual mais vasta:

toda instrução (*didaskalía*) e aprendizado intelectuais (*máthesis dianoetiké*) derivam de conhecimento (*gnóseos*) prévio. Isso é manifestamente observado em tudo, pois tanto as matemáticas, dentre as ciências, quanto cada uma das demais técnicas se desenvolvem dessa maneira. Algo semelhante ocorre também nos raciocínios (*lógous*): uns, por silogismos, outros, por indução, pois ambos produzem instrução a partir de noções prévias, aqueles assumindo que proveem de noções entendidas, e estes, indicando o universal porque evidente o particular. Do mesmo modo os raciocínios retóricos (*hoi [scil. lógoi] rhetorikoi*) convencem, pois procedem ou por paradigmas, que são indução, ou por entimemas, que são silogismo (*An.Post.1.1.71a1-11*)⁶.

Também nos *Analíticos* não faltam passos que impugnariam o prosseguimento da comparação (eg. *An.Post.1.18.81b6-7*: a ciência não trata do particular; *An.Post.1.30.87b19-27*: não há ciência demonstrativa de elementos fortuitos, ie. porque não coercivos; *An.Post.1.33.88b30-89a10*: ciência e opinião são incompatíveis etc). É ingenuidade pressupor que Políbio tivesse constantemente sob os olhos os textos aristotélicos, e maior ainda não notar que as *Histórias*, sobretudo pelo aspecto comparativo e sincrônico de sua organização, não formam uma estrutura epistemológica, se entendida como demonstração coerciva ou silogística. Entretanto os passos aristotélicos citados sintetizam e denominam raciocínios cuja estrutura é fundida por Políbio em 3.62-3, o que confere ao passo caráter ao mesmo tempo de princípio (= paradigma historiográfico) e explicação históricos:

⁶ Cf. *Rhet.1.2.1356a34-b11*.

um conhecimento prévio, derivado de reflexão sobre qual o melhor meio de exortar e/ou agir, é apresentado por meio de um paradigma (*ie.* o combate), que estabelece seus próprios princípios (*ie.* 3.63.4: “é preciso vencer, morrer ou suportar vivo a escravidão) a seguir explicados dedutivamente (*ie.* o arrazoado de Aníbal, *ie.* o “ensino” retirado do paradigma), e cujo valor depende da aceitação e do convencimento dos soldados (*ie.* 3.63.14: “a multidão acolheu o paradigma e o discurso”). A descrição aristotélica também estabelece, ou reflete, a percepção social de quais seriam os meios legitimamente aceitos como produtores de raciocínios razoáveis e/ou verdadeiros (*ie.* contrapostos ao irracional, como a vontade ou a imaginação, e ao discurso sujeito a falseamentos, como a opinião), ou seja, cujas palavras equivalassem à realidade. Ao elaborar a estrutura conjugada de 3.62-3, talvez lastreada em alguma forma, pessoal ou via testemunhas, de percepção sensorial da realidade (3.48.11-2), Políbio aspiraria a conferir ao passo e a seu conteúdo valor didascálico similar, *ie.* passível de ser ensinado, admitido e válido de modo geral, porque reprodução fidedigna da realidade.

Entretanto a justaposição de argumento indutivo-dedutivo; que trata de um fato passado; e produz ensinamentos teóricos (entendimento de uma situação bélica difícil; do pensamento e da ética militar de Aníbal) e práticos (como exortar/agir) válidos não apenas na circunstância descrita, ou seja, que aspiram a um valor perene, não define um método de explicação por paradigmas historiográficos. É antes excepcional que recorrente, e seu sentido não se desvincula do da narrativa que o enforma. A análise de argumentos e estruturas aclara uma parte do processo de entendimento do passo.

A segunda via de interpretação é a historicização de algumas leituras do passo, pondo-o em perspectiva. Ao fim da guerra, em difícil situação estratégica e às vésperas da batalha que sabia seria decisiva, Aníbal teria solicitado audiência a Cipião (15.5.9). Após acentuar a instabilidade do acaso, pede:

considera os fatos pelo seguinte ponto de vista, não dos antigos, mas nosso: eu sou aquele mesmo Aníbal que após a batalha de Canas me tornei senhor de quase toda a Itália, e pouco depois surgi diante da própria Roma; acampado a quarenta estádios, estava em meu poder decidir

(*ebouleuómen*) sobre vós e vossa pátria. Agora, cá na África, venho eu próprio a ti, um romano, para deliberar sobre a integridade de minha pátria e de mim mesmo. Eu te exorto (*parakalô se*) a olhar para isso (*eis hà bléponta*) e a não ceder à soberba, mas a ponderar (*bouleúesthai*) como homem o presente (15.7.2-5).

A estrutura do raciocínio de Políbio é conhecida; porque se mantém coerente ao longo da narrativa da Segunda Guerra Púnica, sugere um novo paradigma historiográfico e todas as suas decorrências: nova exortação, que também recorre à visão, e extrai uma lição tradicional e lapidar do mais importante paradigma de que Aníbal dispunha: a própria trajetória. Sem jamais ter sofrido qualquer derrota, em igualdade de condições e carregado de experiência, a exortação de Aníbal ecoa um tipo de sabedoria teórica e prática bem mais antiga: *anthropínos bouleúesthai perì tòn enestóton*.

Porque na maioria dos casos um mesmo homem age e fala de acordo com amigos ou circunstâncias, desde a geração que assistiu à Segunda Guerra Púnica “não é fácil dizer a verdade a respeito de Aníbal” (9.22.8-10). A advertência estimula a investigação histórica, cujas divergentes apreciações se alimentam do reconhecimento da magnitude de Aníbal para a história ocidental, para a historiografia romana e para a narrativa de Políbio. Entretanto as leituras do passo 3.62-3 por três historiadores nos últimos cem anos revelam convergência de sentido a despeito das pontuais divergências.

Após discutir o problema da historicidade e diferentes interpretações do diálogo entre Aníbal e Cipião, G. de Sanctis escreve: “em tais circunstâncias e dado que não se pode taxar de intrinsecamente inverossímil ou absurdo o próprio relato do colóquio, deve-se aceitá-lo. Aceitar, entenda-se, não de modo servil, mas sem que se pretenda ter sob os olhos, em Políbio, o ato verbal”⁷. O equilíbrio da conclusão preserva o valor de explicação histórica do diálogo e, ao mesmo tempo, distingue o arbítrio seletivo inerente à escrita e à leitura da história. G. de Sanctis aceita também a historicidade de 3.62-3, mencionada para destacar a originalidade da seleção de Políbio, cogitando uma provável fonte greco-cartaginesa, à qual

⁷ DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei romani III.2*. Milano, Torino, Roma: Fratelli Bocca, 1917. 595.

poderia ser atribuída a invenção do episódio⁸. O apelo à aceitação pode ser estendido também para 3.62-3, como todos os problemas derivados da necessidade de apelar: se não pairassem mais dúvidas do que certezas sobre ambos os passos, não seria preciso fazê-lo.

Em seu comentário, F. Walbank remete a G. de Sanctis, sugere a comparação de 3.62-3 com Tito Lívio (21.42-4) e Zonaras (8.23), e classifica o passo como apócrifo, que teria interessado o historiador em razão da moral extraída por Aníbal⁹.

J. Thornton também remete à comparação com Tito Lívio, aponta o quanto de polibiano há neste Aníbal talhado para uma concepção didática da história, e discute as implicações da tese de que os soldados lutariam com mais ardor caso apenas esperassem na vitória¹⁰.

Comum aos três historiadores é a cautela para não sugerir que o combate e a alocução foram criados por Políbio; mas só se fazem explicitamente unânimes ao tratar do parágrafo seguinte (3.64), em que Políbio reporta a exortação de Públio Cipião a seus soldados: todos são taxativos em não lhe reconhecer historicidade, com J. Thornton remetendo a F. Walbank, que já havia remetido a G. de Sanctis, a despeito de Políbio indicar C. Lélío como sua fonte para um episódio da batalha do Ticino, que se seguiu à exortação de Cipião (10.3.2).

Ambas as convergências devem muito à autoridade do juízo de G. de Sanctis a respeito de dúvidas e premissas já seculares: admitido que Políbio teria de fato seguido fontes para elaborar 3.62-3, pergunta-se quais seriam e qual a garantia de verdade autóptica de cada situação. Se Cipião dificilmente teria interessado a uma fonte filo-cartaginesa, G. de Sanctis também considera “incertíssimo que Políbio tenha aqui transcrito uma fonte analística”¹¹.

F. Walbank endossa o pressuposto de K. Ziegler de que Políbio teria

⁸ DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei romani III.2*. Milano, Torino, Roma: Fratelli Bocca, 1917. 171 e 175.

⁹ WALBANK, Frank William. *A historical commentary on Polybius I*. Oxford: OUP, 1970. *Ad locos*.

¹⁰ POLIBIO. *Storie. Nota biografica di D. Musti, traduzione di M. Mari, note di J. Thornton. Libri III-IV*. Milano: BUR, 2001. *Ad locos*.

¹¹ DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei romani III.2*. Milano, Torino, Roma: Fratelli Bocca, 1917. 171.

lido o máximo que pode a respeito de romanos e cartagineses¹². Entretanto não é claro por que se teria de pressupor que as fontes mencionadas para pontos específicos deveriam estar subentendidas em passos que não as referem, nem as diferenças de grau entre distintas concepções de verdade histórica: seria a de Políbio a mesma que a de G. de Sanctis, F. Walbank e J. Thornton? A questão ultrapassa os limites deste trabalho, por isso me concentrarei nos primeiros pressupostos. Até prova contrária eles expõem um problema insolúvel. A argúcia analítica de historiadores notáveis aspira ser garantia para a validade presente e futura dos pressupostos que endossam, e para o estabelecimento de uma realidade factual para além da narrativa, *ie.* que de fato Políbio teria recorrido a fontes. Entretanto se for descartado o juízo de G. de Sanctis, como tratar a questão, caso ainda se lhe reconheça validade e sentido? Um resignado *non liquet*, dado o problema adicional da elaboração moderna de inferências feitas de uma única matriz, *ie.* o próprio texto das *Histórias*, também aclara parte do processo de entendimento do passo.

A terceira via de interpretação é tentar associar o passo à experiência do historiador, sem que a própria impositação dessa via já não condicione petição de princípios, *ie.* que Políbio teria criado um fato a partir de sua visão de mundo que também tem 3.62-3 entre seus componentes. Antes da detenção em Roma, Políbio fora político e militar ativo por quase quinze anos, desde que transportou as cinzas de Filopêmen (182). Transparece nas *Histórias* seu permanente interesse por tecnologia e tática militar, sobre o que escreveu um tratado (9.20.4). Exortações decisivas, como a de Aníbal, eram havia muito corriqueiras em obras de história; mas o mesmo não vale para o paradigma do combate dos gauleses.

A descrição do combate apresenta vários elementos inerentes também a jogos gladiatórios, que ao tempo de Políbio eram realizados no fórum romano e vinculados a celebrações fúnebres: violência e morticínio rotineiros, exploração política de celebrações, atenção à psicologia de massas¹³. Se o fato e suas implicações eram óbvios a um leitor romano,

¹² WALBANK, Frank William. *A historical commentary on Polybius I*. Oxford: OUP, 1970. 28.

¹³ HOPKINS, Keith. *Death and renewal*. Cambridge: CUP, 1983. Cap. 1: "Murderous games";

teriam de ser explicados a um grego: em 167/6 Antíoco IV da Síria, que vivera como refém em Roma, celebra jogos gladiatórios em Dafne, mas o fato não teve repercussão imediata entre os gregos¹⁴.

A experiência pessoal do historiador, caso real, bastaria para permitir-lhe a elaboração detalhada e certa de um passo compreensível a qualquer leitor, grego ou romano. Não bastaria, porém, necessariamente para que soubesse como um estudioso de história poderia auferir lições éticas ou práticas da narrativa, o que depende apenas da admissão, jamais posta em dúvida na obra, de que a história é um ramo do saber com esse fim específico, e de que dela é possível aprender. Da realidade apreendida pelo historiador via experiência ou inferência de uma eventual fonte; destas à composição da narrativa; e desta ao entendimento do leitor, seja da própria narrativa, seja da realidade narrada, todo o processo é elaboração criativa.

A relação entre história, efeitos de verdade e criação ultrapassa os limites dos termos em que foi enunciada e dos passos a partir dos quais foi discutida. Também a análise dos argumentos e estruturas; a interpretação das eventuais experiências do historiador; e o recurso à autoridade de um terceiro historiador que se admite tenha entendido com maior agudeza as duas primeiras, estão sujeitos aos mesmos questionamentos, porque procedimentos cuja condução e acompanhamento sempre refletirão convicções preexistentes. O leitor, de Políbio ou das interpretações propostas, ocupa a mesma posição dos soldados de Aníbal: pode acatar ou não o paradigma, a demonstração e suas interpretações. Como, porém, acatar e entender talvez não sejam idênticos nem simultâneos, Políbio prevê mediadores entre ambos: discernimento e transposição. O passo reportado a seguir discute o caráter e a adequação dos discursos elaborados por Timeu, mas cabe perfeitamente no presente contexto:

por não ser fixa a regra sobre quais e quantos discursos se deve empregar, precisamos de outras aspirações e normas caso queiramos ser úteis, e não prejudicar o leitor. A ocasião precisa é sempre difícil de definir, mas não é impossível formar uma conjectura por via de observações derivadas de

ECKSTEIN, Arthur. *Moral vision in The Histories of Polybius*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1995. 164ss.

¹⁴ WALBANK, Frank William. *A historical commentary on Polybius III*. Oxford: OUP, 1979. *Ad locum*.

experiência própria e da prática. No presente caso, sobretudo, se terá uma ideia do que foi dito pelo que segue. Se, após indicar as ocasiões, as intenções e as disposições dos que deliberam; e após expor os discursos verdadeiramente pronunciados, os historiadores nos dissessem claramente as causas pelas quais os falantes alcançaram sucesso ou não, seria possível forjar uma noção (*énnoia*) verdadeira do fato e poderíamos, ora distinguindo (*diakrínontes*), ora transpondo (*metaphérontes*) para casos semelhantes, alcançar sucesso em qualquer projeto (*aei tòn prokeiménon*) (12.25i.6-8).

A via para o entendimento da história sugerida ao leitor, como discernimento ou transposição escalar do passado para o presente do leitor, parte da intuição do particular e induz generalizações práticas. Talvez Políbio, para quem é mais importante a própria *história* que o testemunho das fontes, tenha se servido dos mesmos procedimentos ao narrar seu próprio entendimento da trajetória de Aníbal. A suposição, porém, é o limite forçoso da indução do analista; mais do que identificar se é válida, importa distinguir a qualidade de um argumento de caráter analógico, centro da gnosiologia de Políbio para a organização da matéria e para a instrução do leitor. A distinção entre os argumentos analógicos está submetida às mesmas condições que qualquer outro argumento: quanto ao conteúdo, todas as suas premissas têm de ser verdadeiras; quanto à forma, a probabilidade condicional da conclusão, dadas as premissas, tem de ser maior que a de qualquer conclusão alternativa¹⁵. Se aplicada ao texto de Políbio, a distinção da qualidade dos argumentos terá de considerar também seus critérios éticos, indissociáveis de sua noção de verdade.

É famoso o passo sobre como a ética do historiador condiciona a veracidade da narrativa:

Instigou-me a estudar essa guerra outro motivo não menor: Filino e Fábio, que parecem ter escrito com máxima experiência, não nos transmitiram a verdade com precisão. Não creio que mentissem voluntariamente, quando atento em suas vidas e princípios. Parecem ter sofrido algo como que similar aos amantes: por conta de seus princípios e simpatia,

¹⁵ Cf. WELCH, John. Cleansing the doors of perception: Aristotle on induction. In: BOUDOURIS, Konstantine. *Greek philosophy and epistemology II*. Athens: Athens International Association for Greek Philosophy, 2001. 204-213; idem, Vagueness and inductive molding. *Synthese*, New York, 154.1, 150-2, Jan., 2007.

parece a Filino que os cartagineses tudo fizeram com sensatez, nobreza e coragem, não os romanos; com Fábio se dá o oposto. Talvez ninguém repudiasse, na vida cotidiana, certas preferências pessoais, pois o homem probo deve amar seus amigos e sua pátria, odiar, com seus amigos, seus inimigos, e cultivar seus aliados. Mas quando alguém se encarrega do ofício (*êthos*) da história, deve esquecer tudo isso: muitas vezes aprovará e cobrirá inimigos com os maiores elogios, quando seus atos o demandarem; outras tantas, reprovará e censurará acintosamente os seus, quando erros cometidos o indicarem. Se um ser vivo for privado da vista, toda a sua compleição fica inutilizada: do mesmo modo também a história, se privada da verdade, torna-se narrativa completamente imprestável. Por isso não se deve hesitar em acusar os amigos nem em elogiar os inimigos, e não se deve evitar de reprovar e às vezes exaltar as mesmas pessoas, pois não é possível que os homens sejam sempre bem sucedidos em suas ações nem plausível que falhem continuamente. Nas obras históricas, as declarações e juízos apropriados (*prepoúsas*) devem ser aplicados aos atos mesmos, desconsiderado-se os agentes (1.14).

Não faltam argumentos extremos para mostrar que o historiador manteve-se à altura do ofício escolhido: elogia Aníbal ao final da Segunda Guerra Púnica (15.16), pois embora vencido, lutou bravamente; repudia a *kakopragmosýne* do herói de sua juventude, Filopêmen (22.19), quando aos setenta anos se cooptara com a *panourgía* de Arcão; e recrimina o próprio pai, Licortas, pelo massacre dos messênios, em represália ao assassinato de Filopêmen (23.15). Há outros argumentos também se se deseja comprovar o oposto: bastaria analisar a notória parcialidade pelos aqueus em detrimento dos etólios; os preconceitos de classe contra Flamínio, Cleômenes e Nábis de Esparta, proponentes de reformas em que o povo obtinha maior participação política; a relação com Cipião Emiliano etc. Entre aqueles argumentos e estes, concebidos pelo historiador como perfeitamente enquadrados em suas exigências, *ie.* como censuras ou preferências necessárias e justificáveis, há um ponto comum, em que se entrelaçam verdade e adequação: sucesso amoral e maquiavélico não é o critério dos julgamentos éticos de Políbio, mas aquele conquistado conforme o *kalón* tradicional, de acento quase homérico¹⁶. Não basta vencer, mas vencer honestamente;

¹⁶ ECKSTEIN, Arthur. *Moral vision in The Histories of Polybius*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1995. 16-28, especialmente p. 21.

Esse critério de excelência alheia e própria, imputado à história e controlado pelo arbítrio do historiador, coexiste com um segundo, pessoal e condicionado pela política. O passo 3.62-3, como outros, pode conter também uma cuidadosa meditação sobre a condição humana em circunstâncias políticas e sociais de tamanha disparidade de poder: quais seriam os limites da ação para quem não pode barganhar, como Aníbal ou o próprio historiador detido em Roma e privado da alternativa “vencer”, constrangido a escolher apenas entre “morrer” ou “suportar vivo a escravidão”? Ainda que o passo tenha sido redigido antes de 146, como muito provavelmente o foi, eram mínimas as chances de sucesso diplomático e militar das facções gregas vencidas e dos aqueus detidos na Itália. As formas de cooperação que buscaram garantir o máximo de autonomia legal, como o pragmático alinhamento de Políbio com Arcão, contra a estrita neutralidade proposta por Licortas (28.5.3-8), produziram mais suspeitas do que o fim almejado, e culminaram na deportação de 167. Entre a subserviência e a revolta, seria a cooperação um meio-termo? Se fora, qual o limite entre a digna convivência e a cooptação confortável? Ao fim das *Histórias* verdade e adequação se imbricam a auto-justificação: reflexo de insegurança no momento da redação ou percepção constante desde o início de sua atividade política?

Nenhuma dessas questões tem resposta inequívoca nas *Histórias*; toda inferência deverá refletir tentativas de equacionar dois critérios éticos nem sempre complementares e com distintas implicações em cada um dos cenários de atuação do historiador, Grécia e Roma. A sugestão de entendimento proposta por Políbio, os critérios éticos identificáveis na obra e o caráter provisório de toda interpretação fazem de toda leitura um processo de entendimento forçosamente criador e auto-reflexivo.

Em suma, submeto o entendimento de 3.62-3 pela seguinte hipótese: há três elementos comuns a Quiomara, Aníbal e Políbio em sua relação com Roma: são estrangeiros, veem com clareza sua própria situação e nutrem reservas contra Roma que vão do ódio permanente (Aníbal) ao instantâneo (Quiomara) e à manutenção de distanciamento (Políbio); ao tratar daqueles,

o historiador medita também sobre sua própria condição; decapitar, vencer, morrer ou suportar a escravidão, são paradigmas porque também entendimentos associados à experiência político-militar. Pelo papel que atribui a elementos-chave das *Histórias*, como acaso, persuasão didática, lição ética e instrução militar, o passo 3.62-3 é mais importante por auxiliar o entendimento de alguns componentes do método de Políbio e a difícil avaliação de sua relação com Roma, do que por integrar a narrativa da Segunda Guerra Púnica. Sobre a relação de Políbio com Roma, compartilho da visão de A. Momigliano, que não aceita a afinidade entre Políbio e Roma conforme traçada por G. de Sanctis e F. Walbank: “Desaprovar Roma era perecer. Mas pelo mero esforço de estudar as causas e consequências da vitória de sua mestra Políbio criou um espaço para si próprio. Ele nunca aceitou plenamente os romanos. Ele descrevia de sua helenização”¹⁷. Dois passos reforçam esse entendimento. G. de Sanctis menciona Plb.30.32 como documento para atestar a decisão do senado romano, comunicada à embaixada de 166/5, de não liberar os reféns aqueus para julgamento na Grécia¹⁸; F. Walbank não comenta a descrição do estado de ânimo dos aqueus, detentos e embaixadores, após a resposta do senado; e D. Baronowski, a despeito de seu protesto contra o alegado *unjust verdict* de de Sanctis, não parece ter-lhe dado a devida atenção¹⁹. Ainda que se postule amplificação da parte de um homem totalmente sujeito ao arbítrio de Roma, o passo continua eloquente pelos momentos que e em que narra: “quando veio a resposta, completo desânimo e paralisia se abateram não só sobre as almas dos intimados, mas também dos gregos, como uma desgraça geral, pois ela parecia privar os infelizes de qualquer esperança de salvação” (30.32.10). O outro passo é a apreciação elogiosa de Aníbal ao fim da narrativa da Segunda Guerra Púnica (15.15.3-16.1-6): em combate, Aníbal “fez tudo quanto cabia a um comandante valoroso e carregado de experiência” (15.15.3); após a avaliação, Políbio conclui: “se, depois de fazer

¹⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Sesto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1980. 85.

¹⁸ DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei romani IV.1*. Milano, Torino, Roma: Fratelli Bocca, 1923. 349, n. 296.

¹⁹ BARONOWSKY, Donald Walter. *Polybius and Roman imperialism*. London: Bristol Classical Press, 2011. 174.

Historiografia como opção de vida: Interpretações da exortação de Aníbal em PLB.3.62-3

| Breno Battistin Sebastiani

todo o possível para vencer, foi derrotado sem jamais ter sido vencido, merece perdão: às vezes o acaso se choca contra os planos de homens valorosos; às vezes, conforme o provérbio, 'um homem de valor topa com outro melhor'. Foi o que ocorreu com ele" (15.16.5-6). A glória do vencedor é reflexo da grandeza do vencido.

Recebido em 08.01.2014

Aceite em 19.09.2014